

Demonstrações Contábeis

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações
contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa
GCF no Brasil”

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”	1
Demonstrações contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”	4
Notas explicativas às demonstrações contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”	5
Relatório do auditor independente sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”	9
Relatório do auditor independente sobre a estrutura de controles internos do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”

A
Secretaria Executiva e ao Conselho Deliberativo do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Projeto Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil (“Projeto”), gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO (“Entidade”), financiado com recursos do contrato de apoio financeiro da Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis do Projeto acima referidas para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os contratos firmados entre as partes e com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre distribuição ou uso

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve a base contábil dessas demonstrações contábeis, elaboradas para auxiliar a Entidade no cumprimento das cláusulas para elaboração de relatórios contábeis do contrato acima mencionado. Consequentemente, as demonstrações contábeis podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da Administração da Entidade e dos financiadores do Projeto, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas mencionadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com os contratos firmados entre as partes e com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na nota explicativa nº 2. e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Projeto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda encerrar o Projeto, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento do Projeto.

Os responsáveis pela governança do Projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Felipe Vergete'.

Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC-RJ106842/O

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações contábeis do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”
Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos recursos do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”, nas fases 2 e 3 ocorridas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas abaixo:

	Notas	GCF Task Force III 2023	GCF Task Force III 2022	GCF Task Force II 2022
Saldo dos projetos no início período		231.581,98	-	6.786,28
Entrada de recursos	4	626.356,28	-	1.128.743,33
Adiantamento Funbio	4	-	523.751,70	540.000,00
Rendimentos líquidos sobre aplicações (*)	3	27.012,14	7.897,47	6.495,36
Despesas Financeiras	3	(5.032,71)	(458,05)	(7.128,78)
Recursos Executados	5	(356.165,99)	(299.609,14)	(512.595,81)
Ressarcimento Funbio	4	(523.751,70)	-	(1.162.300,38)
Saldo dos projetos ao final do período	3	-	231.581,98	-

(*) Valor refere-se ao rendimento financeiro, obtido da aplicação financeira, líquido do imposto de renda que será retido quando do resgate pelo Funbio

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio

Notas explicativas às demonstrações contábeis do Projeto "Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil"--Continuação
Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo Brasileiro Para a Biodiversidade ("Entidade" ou "FUNBIO") é uma Entidade nacional privada, sem fins lucrativos, que trabalha em parceria com os setores governamental, empresarial e a sociedade civil para que recursos estratégicos e financeiros sejam destinados a iniciativas efetivas de conservação da biodiversidade. A sede da entidade está localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 286, 5º e 6º andares, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ e estabelecimento em Brasília - DF na SHN Quadra 2, Bloco F, Executive Office Tower, salas 1323 a 1326 na Asa Norte.

Entre as principais atividades realizadas estão a gestão financeira de projetos e fundos de recursos, o desenho de mecanismos financeiros e estudos de novas fontes de recursos para a conservação, além de compras e contratações de bens e serviços. O FUNBIO é credenciado como agência implementadora do GEF - Global Environment Facility e do GCF - Green Climate Fund.

O projeto GCF Task Force faz parte de um programa internacional que visa ampliar o diálogo sobre os temas de clima e florestas. No Brasil, a Força-Tarefa de Governadores para o Clima e Florestas (GCF Task Force) tem como objetivo apoiar o Fórum de Secretários de Meio Ambiente, composto por representantes dos 9 estados da Amazônia legal, no desenvolvimento de mecanismo estaduais de cooperação para o desenho e a implementação de iniciativas e ações visando à redução de emissões de carbono. As ações são coordenadas pela Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento (EUA).

Conclusão do Projeto

O projeto teve seu encerramento em 14 de dezembro de 2023 com o ressarcimento das despesas da última prestação de contas.

2. Práticas contábeis materiais

Base de elaboração e informações gerais

As demonstrações contábeis foram elaboradas sobre a base contábil de recebimentos e pagamentos, sendo as receitas registradas quando do recebimento dos fundos (recursos) e as despesas reconhecidas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Essa prática contábil difere das práticas contábeis aplicáveis no Brasil, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do FUNBIO. Todas as informações financeiras foram apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações contábeis em 29 de maio de 2024.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio

Notas explicativas às demonstrações contábeis do Projeto "Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil"--Continuação
Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Fundos disponíveis

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o saldo remanescente na conta bancária está composto, conforme segue:

Descrição	Tipo	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil no Brasil - C/C 27137-3	Conta corrente	-	645,42
Banco do Brasil no Brasil - CDB 27137-3	Aplicação Financeira	-	230.936,56
Total de fundos disponíveis		-	231.581,98

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, os rendimentos líquidos das aplicações financeiras totalizaram R\$27.012,14 (2022 - R\$ 7.897,47) e as despesas financeiras totalizaram R\$5.032,71 (2022 - R\$458,05).

As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários - CDBs estão representadas por títulos que garantem 96% da variação do CDI, com prazo de resgate de até 60 meses e risco insignificante de redução de valor. Os investimentos são mantidos em instituição financeira de 1ª linha.

4. Recebimento e transferências de recursos - "GCF TASK FORCE"

Durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, os reembolsos realizados pelo doador totalizaram o montante de R\$626.356,28, conforme detalhamento abaixo:

Aporte de recursos

	Modalidade	Valores em USD	Câmbio	Valores em R\$	Data de ingresso do recurso no banco
1º Aporte de recursos	GCF TASK FORCE III	59.023,57	4,9020	289.333,54	12/04/2023
2º Aporte de recursos	GCF TASK FORCE III	48.400,76	4,7107	25.848,92	19/06/2023
3º Aporte de recursos	GCF TASK FORCE III	36.116,91	4,846	175.022,55	28/11/2023
4º Aporte de recursos	GCF TASK FORCE III	27.957,14	4,8700	136.151,27	14/12/2023
		171.498,38		626.356,28	

Durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, não houve adiantamentos de recursos creditados pelo Funbio para conta corrente no Brasil nº 27137-3, tendo ocorrido o ressarcimento ao Funbio no montante de R\$ 523.751,70.

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio

Notas explicativas às demonstrações contábeis do Projeto "Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil"--Continuação
Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Execução dos recursos - "GCF TASK FORCE"

A execução dos recursos do Projeto "Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil", ocorrida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, está apresentada abaixo:

	Valores em USD	Câmbio	Valores em R\$
Custos Diretos - GCF Task Force III	(61.673,52)	4,4401	(273.840,47)
Custos Indiretos	(16.918,34)	4,8660	(82.325,52)
	(78.591,86)		(356.165,99)

(*) Cotação apresentada é a média de todas as cotações utilizadas nas prestações de contas, conforme acordado com o Secretário Executivo do GCF no Brasil., gerando arredondamento de valores na apresentação da cotação para o dólar.

Relatório do auditor independente sobre o cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”

A
Secretaria Executiva e ao Conselho Deliberativo do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”
Rio de Janeiro - RJ

Procedemos a auditoria sobre as demonstrações contábeis referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 do Projeto Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil, gerido pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO (“Entidade”), financiado com recursos do contrato de contribuição financeira da Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento e emitimos nosso relatório correspondente ao mesmo, com data de 29 de maio de 2024.

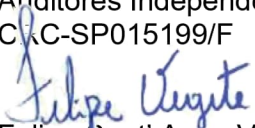
Nossa auditoria foi direcionada para verificação do adequado cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas diretamente aos assuntos contábeis e financeiros do Projeto Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas internacionais de auditoria e os requisitos do contrato celebrado entre a Entidade e a Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento. Essas normas exigem o devido planejamento e realização da auditoria para que possamos obter uma certeza razoável de que o FUNBIO cumpriu as cláusulas pertinentes ao contrato celebrado entre a Entidade e a Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento. A auditoria inclui o exame, baseado em amostras, das evidências julgadas por nós apropriadas. Assim, consideramos que nossa auditoria oferece uma base razoável para nossa opinião.

Em nossa opinião, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o FUNBIO cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais, as cláusulas contratuais aplicáveis, de caráter contábil e financeiro, do contrato celebrado entre a Entidade e a Agência Norueguesa para Cooperação para o Desenvolvimento.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F



Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC-RJ106842/O

Relatório do auditor independente sobre a estrutura de controles internos do Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”

A

Secretaria Executiva e ao Conselho Deliberativo do
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO
Projeto “Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil”
Rio de Janeiro - RJ

Este relatório é complementar ao nosso relatório sobre as demonstrações contábeis do Projeto Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil.

A Administração do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, gestora do Projeto Implementação dos roteiros da Força-Tarefa GCF no Brasil (“Projeto”), é responsável por manter uma estrutura de controles internos suficiente para mitigar os riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis e proteger os ativos sob a custódia do Projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, se requer juízos e estimativas da Administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à Administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da Administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração das demonstrações contábeis confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das demonstrações contábeis do Projeto referente ao período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 obtivemos um entendimento da estrutura de controles internos e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Projeto, e não para opinar sobre a eficácia da estrutura de controles internos.

A nossa auditoria do Projeto relativa ao período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023 não revelou deficiências significativas no desenho ou operação dos controles internos, que, na nossa opinião, poderiam afetar significativamente a capacidade do FUNBIO para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da Administração nas demonstrações dos fundos recebidos e desembolsos efetuados, assim como de investimentos acumulados.



Uma deficiência significativa é a condição na qual o desenho ou operação de um ou mais elementos da estrutura de controles internos não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação as demonstrações contábeis do Projeto, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos funcionários do FUNBIO durante o curso normal das funções que lhes foram atribuídas.

Nossa consideração da estrutura de controles internos não expõe, necessariamente, todos os assuntos do referido sistema que poderiam ser considerados deficiências significativas e, por conseguinte, não deve expor, necessariamente, todas as condições a serem informadas que poderiam ser consideradas deficiências significativas, em conformidade com a definição anterior.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP015199/F

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Felipe Vergete', is written over the printed name.

Felipe Sant' Anna Vergete
Contador CRC-RJ106842/O